

## “A escuta sensível para além das grades”: oficinas com mulheres aprisionadas

*Márcio Alessandro Neman do Nascimento*<sup>1</sup>  
*Kesley Gabriel Bezerra Coutinho*<sup>2</sup>  
*Lorena Lopes de Oliveira*<sup>3</sup>  
*Anita Cristina Gonçalves da Rocha*<sup>4</sup>  
*Jefferson Adriã Reis*<sup>5</sup>  
Universidade Federal de Mato Grosso

**Resumo:** O presente artigo objetiva apresentar atividades socioeducacionais e políticas desenvolvidas com mulheres em condição de privação de liberdade em uma unidade prisional de um município de médio porte do sul de Mato Grosso. O posicionamento teórico-metodológico esquizoanalista apoia a tríade teoria-prática-supervisão por meio de “rodas de conversas” executadas por discentes de um curso de Psicologia. Concluímos que as atividades desenvolvidas produzem condições para a expressão de subjetividades normatizadas, mas também produzem maneiras singulares de condução de suas existências, estabelecendo uma conexão polifônica aberta e coletiva, baseada em respeito, compreensão e problematizações importantes sobre como superar o processo de institucionalização e construir um projeto de vida ao retornarem ao convívio social em meio aberto.

**Palavras-chave:** Prisão; Gênero; Subjetividade; Psicologia.

<sup>1</sup> Psicólogo. Professor adjunto do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)/Campus Rondonópolis. Coordenador do Laboratório Esquizoanalista de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI). Membro do Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais - NAPPlus (ICHS/UFMT/Câmpus Universitário de Cuiabá).

<sup>2</sup> Graduado em Psicologia pela UFMT/Campus Universitário de Rondonópolis. Membro do Laboratório Esquizoanalista de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI). Mestrando em Antropologia Social da UFMT.

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia pela UFMT/Campus Universitário de Rondonópolis. Membro do Laboratório Esquizoanalista de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI).

<sup>4</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Psicologia pela UFMT/Campus Universitário de Rondonópolis. Membro do Laboratório Esquizoanalista de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI).

<sup>5</sup> Graduado em Letras-Português e graduando em Psicologia pela UFMT/Campus Universitário de Rondonópolis. Membro do Laboratório Esquizoanalista de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI).

## “Sensitive listening beyond the bars”: workshops with women in deprivation of liberty

**Abstract:** This article intend to present socio-educational and political activities developed with women deprived of liberty in a prison unit of a medium-sized city in the south of Mato Grosso State, Brazil. The schizoanalytic theoretical-methodological approach is based on a theory-practice-supervision triad by means of "dialogue circles" carried out by students of a Psychology course. We conclude that the activities developed produce conditions for the expression of normalized subjectivities, but also produce singular ways of conducting their existences, establishing an open and collective connection, based on respect, understanding and important problematizations about how to overcome the institutionalization process and build a life project when returning to social life.

**Key-words:** Prison; Gender; Subjectivity; Psychology.

## “La escucha sensible más allá de las rejas”: talleres para mujeres aprisionadas

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo presentar actividades socioeducativas y políticas desarrolladas con mujeres en condición de privación de libertad en una unidad prisional de un municipio de mediano porte del sur de Mato Grosso. El posicionamiento teórico-metodológico esquizoanalista apoya la tríade teoría-práctica-supervisión por medio de "ruedas de conversaciones" ejecutadas por discentes del un curso de Psicología. Concluimos que las actividades desarrolladas producen condiciones para la expresión de subjetividades normatizadas, pero también producen maneras singulares de conducción de sus existencias, estableciendo una conexión polifónica abierta y colectiva, basada en respeto, comprensión y problematizaciones importantes en cómo superar el proceso de institucionalización y construir un proyecto de vida al retornar a la convivencia social en medio abierto.

**Palabras clave:** Prisión; Género; Subjetividad; Psicología.

*“É impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que pra lá são mandados, para cumprir uma pena. Com funcionários e visitantes. E, por que não, com pesquisadores?”*  
(LEMGRUBER, 1983: 13)

O projeto de extensão intitulado *A escuta sensível para além das grades: produzindo oficinas e clínica ampliada esquizoanalista a mulheres em situação de privação de liberdade* é uma ação extensionista incorporada ao Laboratório Esquizoanalista de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI), apresentando em sua constituição uma das funções que compõem os pilares da instituição Universidade ao se configurar enquanto processo de integração entre ensino e pesquisa.

Assim sendo, esse projeto promove a integração entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares, possibilitando processos (in) formativos que acontecem em uma construção polifônica de experiências horizontalizadas e solidárias. As premissas constantes no Plano Nacional de Extensão Universitária (2000/2001) corroboram que um projeto de extensão deve se produzir para além do assistencialismo, tendo como objetivo maior congregar o que se aprende e produz na universidade com práticas realizadas em territórios, comunidades e instituições, de maneira implicada, ética e compromissada com o processo educativo, científico e cultural das populações e dos extensionistas.

De modo complementar, as ações extensionistas do referido projeto se basearam nas exigências da formação acadêmica de discentes de Psicologia, que é sustentar a prática profissional a partir de leitura, supervisão e estágio/prática extensionista. As ações empreendidas podem ser consideradas como um conjunto de ações e serviços de atendimento em uma perspectiva da clínica ampliada, que segue normativas do Código de Ética Profissional do Psicólogo anunciadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), seguindo também normas e diretrizes técnicas características da prática profissional do psicólogo, além de privilegiar a escuta sensível das especificidades da população atendida, no que tange às interseccionalidades dos marcadores sociais: classe social e econômica, raça/etnia, geração, gênero, sexualidade e orientação sexual, características culturais e de formação escolar/profissional, entre outros.

Desse modo, traçamos como objetivo do presente artigo a apresentação e análise das escutas, vivências e intervenções realizadas por discentes/extensionistas do quarto e do quinto anos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/Campus Rondonópolis) junto a mulheres em condição

de privação de liberdade que aguardam ou cumprem sentença judicial na Cadeia Municipal de Rondonópolis (MT).

## **No calor do Cerrado, na secura da vida aprisionada, insurge a presença das mulheres**

A quem serve o aprisionamento de mulheres? Esse questionamento surge ao problematizarmos: a quem e a quais políticas essas mulheres infringem?

As práticas privativas de liberdade de mulheres podem ser compreendidas como a privação de liberdade de locomoção determinada por ordem judicial e/ou em caso de flagrante delito, ou seja, mulheres ditas em situações irregulares com a lei e que tenham cometido alguma transgressão presente no Código Penal Brasileiro (1940). A aplicabilidade dessas medidas deve levar em consideração fatores como a gravidade ou incidência da prática ilegal, o contexto em que ocorreu, bem como o perfil e histórico da autora da infração.

De acordo com Simone Francisca de Oliveira (2015), o aprisionamento de mulheres é mais uma das violências as quais a classe de mulheres é sujeita a passar. Em uma perspectiva sócio-histórico-política e cultural, as violências vividas e cometidas estão inerentemente atadas às condições insalubres e precárias de vida, tais como: empobrecimento feminino, aumento do número de famílias monoparentais (em que a mulher é arrimo de família), compulsoriedade da responsabilização dos cuidados dos filhos, má remuneração devido à supremacia masculina no mundo do trabalho, abandono familiar, entre outras variáveis sócio-histórico-políticas e culturais. Ainda nessa conjuntura de análise, é salientado um alto índice de feminicídio, em muitas ocasiões recorrentes de práticas sociais violentas relacionadas a questões intrafamiliares, conjugais e/ou de gênero, ou seja, a luta pela sobrevivência também torna essas mulheres acusadas de serem criminosas.

Em uma análise sobre a construção do machismo a partir da metáfora *casados-homens*, apresentada por Welzer-Lang (2001), podemos pensar que o sistema prisional se constitui como uma *casa-dos-homens* habitada por mulheres, uma vez que as relações misóginas, machistas, sexistas e heteronormativas que acontecem na macropolítica social também possuem fortes efeitos que “empurram” essas mulheres a serem punidas triplamente: a) violam as leis políticas e jurídicas dos homens ao não se submeterem às leis regidas *por* e *para* homens; b) buscam romper, afastadas do domínio masculino, a barreira das violências estruturais e produzir sua autonomia diante da dependência econômica e existencial e; c) a micropolítica institucional violenta que as obrigam a passar por condições precárias de aprisionamento e isolamento familiar.

A insalubridade das prisões brasileiras em consonância com a cultura sistemática de violência institucional faz com que o sistema brasileiro seja uma instância da sociedade que regularmente desacata as premissas primeiras dos Direitos Humanos (Oliveira, 2015). Convergindo com a denúncia supracitada, a feminista negra Angela Davis (2003), na obra *Are prisons obsolete?* (As prisões estão obsoletas?), problematiza a reforma carcerária atual, que mantém a proposta escravagista de aprisionamento, principalmente direcionadas socialmente à raça negra e pessoas oriundas de classe social e econômica baixa. Ou seja, o empobrecimento populacional e as ineficientes políticas públicas impulsionam o aumento no número de incidências de mulheres em atividades criminalizadas e, por sua vez, apreendidas em instituições prisionais.

Embora muito se anuncie a incompletude institucional contemporânea como modelo contrário à política das instituições totais, encontramos em Goffman (2010) e em Foucault (1987, 2003a) que as instituições brasileiras ainda mantêm características semelhantes ao denunciado pelos autores, mantendo a tendência marcada por barreiras físicas e particularidades disciplinares e de controle que procuram limitar a relação social e o contato com o mundo externo dessas mulheres inseridas nessas instituições.

Nesse contexto, as práticas violentas estabelecidas *por e contra* as mulheres chamam a atenção, despertando o investimento de pesquisadores, tanto pela frequência com que ocorrem, quanto pelo reconhecimento acadêmico dos movimentos sociais ligados aos Direitos Humanos que procuram construir e implantar efetivamente políticas públicas organizadas que direcionem práticas interventivas de prevenção e assistência para mulheres em contextos e situações de vulnerabilidades pessoais, sociais, programáticas e institucionais. A Psicologia Crítica Contemporânea tem analisado as questões sociais elencadas como sendo uma problemática de saúde mental e coletiva, extrapolando a visão dessas questões como pertencentes apenas aos âmbitos legal, jurídico e de segurança pública.

## **A quem serve a violência contra a mulher? O Sistema Prisional e suas unidades como mantenedor da violência de gênero**

As construções sociais da mulher e da feminilidade são problematizações referenciadas pelos estudos relacionados às hierarquias e relações de poder entre gêneros (Butler, 2003, 2008), que, por sua vez, são produzidas por maquinários sociais que agenciam discursos sócio-histórico-políticos e culturais e produzem subjetividades normatizadas (Guattari, 1993; Guattari & Rolnik, 2005). Entre esses discursos podemos citar: enunciações médicas, religiosas, jurídicas, educacionais, psicológicas e morais. Nesse sentido, muitos são os efeitos de diversas tecnologias de gênero (Lauretis, 1994), que se conectam a uma rede social estabelecida e mantida por instituições que buscam na diferenciação sexual uma forma de regulação da vida biopsicossocial na qual incidem disciplina e controle sobre as mulheres, crianças, negros, pessoas vivendo em situação de pobreza, analfabetos, entre outros (Foucault, 2003b, 2005).

Os estudos contemporâneos de gênero trazem como urgente a problematização do conceito *mulher*, composto na intersecção com outros marcadores sociais (Nogueira, 2001, 2017) encontrados na construção social dos humanos, tais como: classe social e econômica; geração; raça/etnia; sistema sexo/gênero/práticas sexuais/desejo; crença/religião; grau de escolaridade; estética corporal; oriundos/as de territórios periféricos, entre outros. Muitas dessas condições descritas geram (des) vantagens ou marcas sociais para determinados grupos pertencentes à população brasileira, que acabam por serem distanciados da acessibilidade e disponibilidade de direitos básicos, passando por violações de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Essas marcas sociais, denominadas *estigmas* por Goffman (1988), produzem sujeitos desacreditados em seus suplícios e denúncias.

De modo ampliado e atualizado, Parker e Aggleton (2001) apresentam o conceito *processos de estigmatização*, que nos auxilia na análise do *estigma* como um acontecimento processual, contextual e localizado. Ou seja, um agenciamento sócio-histórico-político e cultural que faz intersecção com vários analisadores

(marcadores sociais), potencializando os processos identificatórios de modo somático, conectado e crescente (Hall, 2001, 2003). No caso específico deste artigo, as condições conjugadas de identidades “mulher” e “bandida” são utilizadas estrategicamente para reproduzir relações assimétricas e desiguais de poder, estabelecidas e mantidas nas falhas das instituições sociais e nas ausências das políticas públicas nos contextos de vulnerabilidades sociais e de extremas adversidades relacionadas às violências estruturais em que essas mulheres se encontravam anteriormente ao crime sob a condição marginalizada e excludente.

## **Método: a cartografia como posicionamento teórico-metodológico**

O posicionamento teórico-metodológico e político-ético praticado nas intervenções e análises no campo social deste estudo é o método cartográfico. Esse modo de produzir pensamentos e práticas é pensado a partir da *Filosofia da Diferença* de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996) e na literatura de Suely Rolnik (2007), autores que problematizam os fenômenos da produção de subjetividades e suas movimentações e transformações, propondo um modo de pensar/fazer a produção de conhecimento que desinstitucionalize os campos conceituais e técnico-práticos como áreas distintas, aceitando as parcialidades e a inseparabilidade entre as produções desejantes e o contexto sócio-histórico-político e cultural, que se conectam em processos coletivos e saberes localizados para problematizar sujeitos e acontecimentos (Kastrup & Barros, 2009).

A cartografia se compõe como uma possibilidade de acompanhar processos de produção de subjetividades, forças e fluxos. Como uma estratégia política, implica-se nas composições de humano a partir dos acontecimentos, dos afetos, das potências e das construções de territórios existenciais. Nesse processo, o corpo do (a) pesquisador (a) se implica nos movimentos sensíveis das linhas de forças (in) dizíveis e (in) visíveis. A partir de um movimento rizomático mapeia os elementos macro e micropolíticos que se conectam e constituem as paisagens psicossociais, ou seja, a transversalidade que compõe sujeitos, grupos e instituições.

A cartografia realizada com grupos de mulheres em uma unidade prisional no interior mato-grossense acontece por meio de vivências, olhares implicados, posicionamentos críticos, observância de cenas institucionais, práticas discursivas e experimentações dos corpos das participantes e dos membros da equipe que efetiva a pesquisa-intervenção, processos os quais são descritos e problematizados em diário de campo. As problematizações e análises acontecem em superviões, momento em que discentes/extensionistas trazem os pensamentos e inquietações disparados pelas experimentações no campo cartográfico.

## **Caracterização da unidade prisional cartografada**

As representações do espaço prisional, como argumenta Frinhani (2005), encontram-se articuladas com as representações de diferentes signos: dos espaços, das relações, dos valores e das práticas vivenciadas cotidianamente. Portanto, ao falarmos da caracterização da unidade prisional onde foram realizadas as intervenções e análises por meio de oficinas com mulheres em situação de privação de liberdade, é imprescindível lembrar que, assim como a realidade da maioria das unidades prisionais brasileiras, esta em questão também não foi pensada para mulheres, sendo uma adaptação de uma pequena e antiga cadeia que não comportava a quantidade de aprisionados do município de Rondonópolis (MT). Por

causa disso, as instalações da unidade não abrangem as necessidades específicas do público ali recluso no que se refere às suas acomodações, oferecendo restritos espaços para atividades coletivas socioeducacionais e atendimentos especializados. As atividades que adentram a rotina semanal incluem visitas familiares aos fins de semana e funcionamento de Ensino Fundamental e Médio com poucas condições estruturais e quantidade deficiente de atividades profissionalizantes.

A unidade prisional conta com a capacidade máxima de 120 mulheres apreendidas, entre sentenciadas e não-sentenciadas. No entanto, esse número pode ser consideravelmente aumentado em momentos recorrentes de superlotação, condição comum relatada por profissionais e pelas participantes das oficinas. Frequentemente aparece nas falas dessas mulheres que a superlotação aumenta o desconforto da permanência na ala, fazendo com que algumas precisem dormir na “toca”, que é o pequeno espaço que fica entre o chão e a cama de cimento. A umidade das paredes, o cheiro de mofo, o odor do “boi” (latrina), o pouco espaço de movimentação e a falta de recursos materiais são relatados como condições que maximizam o sofrimento físico e mental dessas mulheres.

Também é relatado pelas participantes que as mulheres que estão há muito tempo aprisionadas e aquelas que apresentam delitos considerados de alta periculosidade estabelecem regras e hierarquias entre as conviventes. Os crimes que atribuem prestígio para as “donas da ala” geralmente estão relacionados a retaliações contra companheiros violentos, passagens recorrentes no sistema prisional e pertencimento a quadrilhas ou facções conhecidas. Nessa cultura “cadeieira” também são essas mulheres que mobilizam o desprezo e reprovação contra algumas recém-chegadas que cometeram crimes relacionados à violência contra crianças e familiares consanguíneos, como mãe, pai, irmãos, avós e filhos. Mesmo diante desses impasses, geralmente é muito difícil o trânsito para outros espaços devido à falta de alas, o que faz com que algumas dessas mulheres necessitem ficar em um local ainda mais restrito chamado de “isolamento”.

## Participantes

Em se tratando das participantes das oficinas, embora cada um dos três grupos contasse com o número de 15 a 18 participantes (com idades entre 18 e 60 anos), a rotatividade fez com que a quantidade de mulheres distintas que passaram pelas oficinas fosse superior a 80 participantes. Tanto mulheres sentenciadas (que já possuíam condenação) quanto não-sentenciadas (que esperavam julgamento) participaram das oficinas desenvolvidas na unidade cartografada.

Ao nos depararmos com essas mulheres, foi perceptível que a maioria era pertencente à raça/etnia negra e embora elas tivessem entre 18 a 60 anos, muitas delas se enquadravam na faixa etária de 18 a 24 anos e relatavam estar apreendidas pela primeira vez em uma unidade prisional. Um grande número de participantes cursava o Ensino Fundamental, sendo que algumas delas tratavam-se de pessoas analfabetas.

Em se tratando de maternidade, poucas participantes relataram ter filhos. Dentre as mulheres com filhos, houve a queixa comum sobre a dificuldade de manter vínculos afetivos com essas crianças, uma vez que as avós, cuidadoras e responsáveis, não costumam levar os infantes para visitar suas mães. Essa condição foi justificada pelas participantes ao afirmarem que tanto as avós quanto as próprias mães sentem vergonha de explicar para as crianças o motivo do aprisio-

namento. Ainda sobre vínculos afetivos, a queixa unânime entre todas as participantes foi em relação às poucas ou nenhuma visita que recebem, seja por parte de suas famílias de origem quanto por parte de seus companheiros.

Notamos também que as mulheres que participaram das oficinas eram maioritariamente advindas da região Norte e Centro-Oeste e que algumas eram de países vizinhos. Isso aponta uma especificidade de Mato Grosso, um dos Estados Federativos do Brasil que fazem fronteira com outro país, neste caso, a Bolívia. A condição fronteiriça e o fato de ligar as regiões Norte e Sul/Sudeste favorecem a realização do tráfico de drogas, o que justifica a predominância de apreensões de mulheres que atuam como “mulas” (pessoas que transportam drogas ilícitas), geralmente apreendidas nos trechos rodoviários do sul de Mato Grosso transportando drogas para o tráfico de diversas localidades do país.

No que se refere às características do público aqui analisado, devemos salientar os dados alçados por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), que procurou compreender um período de 14 anos, entre 2000 e 2014. A partir desses estudos pudemos obter descrições que possibilitaram a análise da realidade da unidade prisional cartografada, que foi comparada a dados demográficos de outras unidades femininas brasileiras.

O estudo realizado pelo INFOPEN (2014) buscou promover o levantamento de diferentes dados, procurando estabelecer informações sobre o número de mulheres ligadas a essa rede, bem como suas etnias, raças, idades, escolaridades, dentre outros aspectos considerados aqui relevantes a todo e qualquer estudo que se comprometa com esse público específico. Constatou-se que essas mulheres em condição de privação de liberdade compartilhavam em sua maioria características estruturais, físicas, econômicas e sociais, caracterizando-se enquanto mulheres negras com Ensino Fundamental incompleto e apreendidas em grande parte por manter relações com tráfico de drogas (entorpecentes).

De acordo com o INFOPEN (2014), 50% do referido público era constituído por mulheres entre 18 e 29 anos, 68% formado por uma população negra e 50% com Ensino Fundamental incompleto. No que diz respeito a esse perfil das mulheres em condição de privação de liberdade, nota-se uma aproximação com os resultados obtidos pelos estudos realizados pela colaboração entre o Centro pela Justiça e o Direito Internacional e demais organizações, de modo que esses estudos, no ano de 2007, já delineavam os aspectos aqui demonstrados.

Por intermédio da prática indissociável de nossa atuação, passamos a atestar que o perfil das mulheres em situação de privação de liberdade alçado pelos estudos acima compreende de maneira muito próxima o público de mulheres apriacionadas da cadeia pública feminina de Rondonópolis-MT, sendo acrescido que desde que as ações do projeto se iniciaram, no ano de 2016, a cada semestre é observado o aumento do contingente de mulheres jovens.

## Procedimentos

As atividades desenvolvidas neste trabalho acadêmico seguiram o plano de ação constante no projeto de extensão de fluxo contínuo *A escuta sensível para além das grades: produzindo oficinas e clínica ampliada esquizoanalista a mulheres em situação de privação de liberdade*, que foi registrado sob o protocolo 290320171407321158, tendo sido aprovado o relatório final de 2017 e renovada a continuidade das ações extensionistas pela UFMT por meio da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV). Na homologação constava a anuência

da direção da Cadeia Pública Feminina de Rondonópolis-MT, autorizada por suas instâncias superiores.

De modo a garantir o anonimato das participantes, não foram publicizadas especificidades que possam identificar qualquer uma delas. Para tanto, utilizamos, de modo cuidadoso com o anonimato, a identificação fictícia das participantes com nomes de flores.

Dentre as ações desenvolvidas no interior da unidade prisional durante o ano de 2017 e 2018, destacamos que as oficinas aconteceram em formato de “rodas de conversas” e se configuraram como um trabalho grupal de atividade participativa e democrática que promoveu polifonias e difrações sobre temas que emergiram nos diversos contextos da vida e nas situações vivenciadas na unidade cartografada. Ao todo, foram realizadas 42 oficinas com 3 diferentes grupos de mulheres.

As oficinas foram coordenadas por discentes/extensionistas do quarto e do quinto anos do curso de Psicologia e aconteceram semanalmente durante as aulas do Ensino Fundamental (turma I e II) e Ensino Médio (turma I), juntamente com as professoras da escola prisional, que aceitaram a parceria e colaboraram com temas transversais que resultaram em práticas interseccionais e sociopedagógicas de leituras, textuais e artísticas (desenhos, cartazes, fortalecimento das disciplinas letivas de História, Português (Literatura e Redação), entre outros. Durante o período da aula era proposta a interdisciplinaridade entre as construções de saberes problematizados nas oficinas: família, sexualidade, cuidado de si, vida egressa, perspectivas, profissionalização, entre outros.

As oficinas foram pensadas como processos de intervenção-participativa, que emergem da produção desejante de seus participantes em localizado campo social (a unidade prisional cartografada), e só assim legitimadas em análises psicossociais que se compõem nos contextos macro e micropolíticos e na intersecção entre cultura e produção de subjetividades (Zimerman & Osório, 1997; Afonso, 2000; Barros, 2013).

Em relação aos relatos de si e às ações que ocorreram nas oficinas, foram realizados registros em diários de campo a partir da intervenção-participativa que, subsequentemente, se transformavam em relatórios semanais. Esses registros foram problematizados teoricamente por meio de supervisões, momentos em que também acontecia a elaboração das oficinas a partir do desejo das mulheres privadas de liberdade. Ou seja, na busca de analisar as situações vivenciadas pelas participantes, as oficinas foram planejadas em conformidade com os interesses das próprias mulheres, estabelecendo uma relação mútua de responsabilidades entre extensionistas e grupos de mulheres.

Na análise cartográfica são evidenciados, na escrita do diário de campo, os acontecimentos que insurgem das/nas “paisagens psicossociais” que se constroem pela conexão pesquisador (a)/observador( a) implicado (a) com o campo social, de modo a dar vazão aos “afetos que pedem passagem” (Rolnik, 2007: 23).

## Resultados e Discussão

Estar inserido em determinado campo social exige necessariamente que o/a discente/extensionista se implique sobre conhecimentos acerca da realidade sócio-histórico-política e cultural que também produzem seus modos de subjetivação. Nessa perspectiva, Bleger (1984) afirma que não se pode ser psicólogo, se não se é, ao mesmo tempo, um analisador dos fenômenos que se quer intervir e,

para ser um analisador, é preciso problematizar a própria prática e a realidade na qual se está inserido.

Assim, partimos da compreensão que realizar oficinas com mulheres institucionalizadas requer que os coordenadores estejam integrados a uma série de atividades e publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) que trazem como princípios éticos o afastamento da psicopatologização do dito comportamento criminoso e também de toda e qualquer prática que possua um caráter segregador e disciplinar, ou mesmo, que sirva como ferramenta de controle do Estado. Nas palavras de Odete Maria de Oliveira (2003), é preciso superar o caráter punitivo e discriminatório das prisões para se estabelecer novas metodologias e atuações que deem conta de reintegrar essas pessoas ao campo social que tanto lhes foi interdito.

Em conformidade com a relação horizontalizada, baseada na igualdade e respeito mútuo, e por meio de uma escuta sensível, as mulheres participantes das oficinas expuseram seus desejos e preferências diante da metodologia e temáticas a serem desenvolvidas, apresentando singulares propostas intervencionais e demonstrando participação ativa no processo.

No que tange à análise, a partir dos relatos e problematizações que aconteciam durante as oficinas (e redigidas no diário de campo) foram criadas quatro categorias a partir de temas recorrentes nos três grupos trabalhados, temas estes que atravessavam as composições dessas mulheres e eram frequentes em quase todas as oficinas, sendo eles: 1) Os assuntos elencados por elas; 2) A produção socioeconômica de autoras de crimes; 3) As violências institucionais de gênero; e 4) Rede solidária entre mulheres institucionalizadas e perspectivas para a vida egressa.

## Os assuntos elencados por elas

No decorrer das oficinas, os principais discursos trazidos pelas mulheres nos remetiam a desejo de liberdade e reconstrução da vida, que outrora fora interrompida por um “erro” dito como pontual: “Quando eu sair daqui, vou voltar a morar com a minha família, porque eu quero construir uma nova vida, quero arrumar um trabalho honesto, quero fazer um curso técnico, quero ter a minha casa, dar uma vida melhor pros meus filhos, é isso que eu penso hoje, quero que eles entendam que tudo isso que eu passei não é vida, não quero que eles passem por isso jamais” (Tulipa, 24 anos). Declarações como a de Tulipa são recorrentes nos discursos das mulheres aprisionadas. O desejo de “ser feliz” e almejar uma “vida normal” estabelecida socialmente como “certa” é sempre um tópico abordado nas oficinas, desejos que entram em descompasso com a representação estigmatizada que a sociedade faz delas.

A ausência de uma realidade possível de vida faz com que planos e esperanças sejam um modo de suportar o cotidiano, o isolamento social e a perspectiva egressa. Seus sonhos são baseados em representações hegemônicas, construídos a partir de identidades (Hall, 2001; 2003) e construções sociais aceitas e reconhecidas pela sociedade, como se a partir dessa “nova vida” elas conseguissem apagar definitivamente esse período que estão vivendo. Como se ao aderirem à normativa de vida, conseguissem finalmente ser aceitas no seio da sociedade como cidadãs legítimas.

Um segundo assunto muito levantado por elas remete ao machismo macro e micropolítico institucional. Embora a lógica do aprisionamento incluía homens e

mulheres, tornando-os sujeitos invisíveis para a sociedade, é fato que as mulheres enfrentam uma dupla invisibilidade nesse espaço: aprisionada e mulher. Elas representam um menor contingente se comparado à população masculina, o que faz com que os programas e as políticas públicas sejam construídos tendo como base somente os presídios masculinos. Dália, 36 anos, relata:

*A gente aqui (cadeia) somos esquecidas. Lá na cadeia pros homens eles têm como trabalhar para reduzir a pena, podem fazer diversas coisas. Aqui até para receber os advogados é difícil, ninguém vem aqui. Nós fala, mas ninguém faz nada.*

Essa desigualdade destacada na fala de Dália pode ser entendida como um reflexo das práticas sociais misóginas e machistas, em que até mesmo no processo de punição legal os homens possuem privilégios.

No entanto, é importante apontar que quando Dália diz que existe maior possibilidade de redução de pena e de atividades para os homens, fala especificamente de uma situação ocorrida, em que tanto as aprisionadas da Cadeia Municipal Feminina quanto os homens da Penitenciária Regional de Rondonópolis saíam para trabalhar em meio aberto, porém, devido a problemas ocasionados por quebra de confiança (tanto por parte das aprisionadas quanto dos aprisionados), elas perderam a possibilidade de trabalho em meio aberto, o que não aconteceu com eles. Entretanto, tendo a fala de Dália em vista, de que os homens apreendidos têm diversas possibilidades para reduzir a pena, é importante salientar que os aspectos sócio-histórico-políticos e culturais produzem realidades severamente cerceadas tanto para homens quanto para mulheres, uma vez que o número de homens que acessam o meio aberto para trabalho é muito baixo, mesmo quando comparado à inexistência dessa atividade na cadeia feminina.

Ainda sobre as questões de gênero, o sistema carcerário reproduz a lógica sexista presente na sociedade livre. Quando uma mulher é presa, sendo mãe, logo vem alguém para questionar: “Mas por que ela não pensou nos filhos antes de cometer o crime?”, desabafa Dália. A mulher, nessas circunstâncias, não é apenas julgada pelo ato infracional ou crime, mas pelo papel social atribuído a ela.

Durante as oficinas, foram costumeiras as constatações de que o corpo aprisionado feminino, que menstrua, que tem especificidades de adoecimento, que apresenta a necessidade de cuidados muito característicos em relação à saúde (exames preventivos) e que pode se apresentar como corpo grávido/lactante, não é respeitado em suas peculiaridades, a qual podemos citar a falta de materiais básicos para higiene pessoal, como absorventes íntimos.

Outro tema recorrente diz respeito aos abandonos e ausências, sejam institucionais (Estado), sociais (famílias) e afetivos (companheiros). Essas condições de abandono e ausência foram reveladas por meio de discursos frequentes que expressam esses sentimentos de rejeição e solidão. Elas justificaram que repetem esses discursos nas oficinas como um modo de resistir ao próprio esquecimento. A respeito disso, Dália diz: “Nossos companheiros não visitam a gente aqui, mas lá na ‘Mata Grande’ [Penitenciária Regional de Rondonópolis], as mulheres são obrigadas a visitarem seus companheiros presos. A gente é ameaçada pra não deixar de ir”.

## **A produção socioeconômica de autoras de crimes**

É cada vez maior a participação das mulheres na criminalidade urbana brasileira. Seja por envolvimento direto nas inúmeras facetas do crime ou por colaboração com maridos/namorados e/ou outros familiares. Barciski e Cúnico (2016) argumentam que as mulheres são em sua maioria iniciadas nas atividades

criminosas por homens, um efeito das relações amorosas que essas estabelecem. Ainda segundo esses autores, o tráfico de drogas é o delito com maior número de aprisionamentos, mesmo em cidades interioranas, como as situadas na região sul de Mato Grosso.

Ao comentar sobre sua história no crime, Jasmim, 19 anos, revela:

*Eu entrei aqui porque fui enganada, sabe? Eu nem tinha culpa, errei por amor, estava na casa e a polícia chegou e encontrou as drogas dele. Na outra vez, o que aconteceu foi que eu saí e voltei pra casa do mesmo rapaz, aí a polícia passou lá e encontrou as drogas de novo, como eu já tinha passagem, eu voltei.*

Moura (2007) relaciona a expressividade da participação feminina na criminalidade com a invisibilidade dos estereótipos de gênero. Enquanto a masculinidade estaria atrelada à agressividade e violência, o feminino seria marcado por uma imagem de cuidado e fragilidade, não representando uma ameaça para a sociedade. A violência criminal, por necessitar de métodos silenciosos e discretos, faz uso da imagem estereotipada da fragilidade das mulheres e as usam como bode expiatório, principalmente em se tratando do tráfico.

Um contraponto ao poder masculino também aparece no discurso de algumas mulheres. O desejo e o prazer de se sentir “poderosa”, “safa”, respeitada e independente motivou Magnólia, 24 anos, a ingressar no tráfico de drogas: “Me sentia superior. De certo modo, todos do meu bairro me temiam e respeitavam. Mesmo aqui dentro”. Magnólia ainda diz que é difícil levar uma vida de falta de comida, de vestuário, de lazer e de cuidado de si.

## As violências institucionais de gênero

O número de mulheres em situação de privação de liberdade apresenta um crescimento estarrecedor e questões peculiares a esse grupo em específico necessitam de uma atenção diferenciada, pois, como se sabe, essas mulheres apresentam estilísticas de existências próprias que se diferem de maneira significativa do público penitenciário masculino. Viabilizando essa concepção de particularidade ao público feminino, o Estado busca fornecer por meio de normativas, como a portaria interministerial n. 210, de 16 de janeiro de 2014, uma relação diferenciada com o público da rede penitenciária no país, de modo que institui algumas determinações que deliberam condições mínimas a serem adotadas no que tange à saúde física e mental das mulheres aprisionadas. No entanto, o que ocorre é que há avanços no plano jurídico que contrastam com o descompasso da falta de efetividade no plano social/institucional. Esses aspectos ainda devem ser superados, principalmente no que se refere aos processos de subjetivação que promovem padronizações, domesticações e assujeitamentos (Foucault, 1987). Sobre isso, Oliveira (2003: 250) afirma que: “A prisão é um mal em si mesma. Estabelecimento fechado, de regime totalitário, prisionaliza a mentalidade de todos os seus ocupantes”.

O discurso que reforça a exclusão é reproduzido por juízes (as), familiares, agentes prisionais e advogados (as), representando, para as mulheres reclusas, uma condenação antes mesmo da sentença. Durante as oficinas, em diversos momentos foram proferidos relatos que elucidavam a condenação em forma de abandono. Seja o companheiro que não a procurou após a prisão, a mãe e/ou pai que “abriu mão” e não visita, os filhos que são proibidos de visitarem, enfim, são inúmeras situações de violências por diversas instituições sociais.

Durante uma oficina com a temática “família: sua constituição e vivências”, Margarida, 42 anos, demonstra de forma patente a relação de marginalização e

abandono que se estabelece a ela e a uma extensa parte do grupo de mulheres. Ao relatar sobre sua família, ela explica: “Ninguém vem me ver, nem meus pais, nem meu marido, aí eu sinto saudade, né? Mas tem que esperar agora, né?” A punição, nessa situação de cárcere, transcende os muros das prisões e alcança a instituição família, que passa a funcionar como um mecanismo perverso de esperança, do desejo de que familiares possam lhes “dar uma chance” por meio de visitas, cartas e ajuda financeira.

Um discurso relatado durante as oficinas corrobora com os estudos indicados pelo Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (2007), o de que é preferível estar em uma unidade insalubre e superlotada próxima ao município de residência de seus familiares do que se transferir para uma unidade distante que permita remição da pena por meio do trabalho e outras atividades, uma vez que o desejo de estabelecer/manter vínculo afetivo e receber visitas funciona como um fio condutor de esperança para suportar o intenso sofrimento psíquico causado pela institucionalização.

## **Rede solidária entre mulheres institucionalizadas e perspectivas para a vida egressa**

Grande parte das mulheres aponta que dividir o espaço de convivência com outras mulheres em uma unidade prisional é um processo desgastante e peculiar. Regras, dividir ou não desejar dividir objetos pessoais e falta de espaço para dormir e transitar tornam-se motivos para desavenças, discussões, ameaças e até mesmo violência física. Durante as oficinas, foi comum algumas mulheres não estabelecerem diálogos com outras participantes, visto que não dividiam a mesma ala ou cela, portanto não possuíam convívio direto. O relacionamento interpessoal fragmentado por paredes institucionais muitas vezes as faziam manter rixas sem sequer conhecer as outras participantes em outros contextos fora da oficina.

Desse modo, as atividades de cooperação foram necessárias para pensar a minimização dos processos de individualização dessas mulheres, resultando em relatos de bom convívio e de construção de uma rede solidária entre elas. Em relação à construção de amizades, mesmo que somente durante o período de internação prisional, encontramos nas palavras de Margarida, 42 anos, o sentimento nomeado como “ciúme”, comum entre as que dividem o mesmo alojamento: “Aqui a gente se cuida, né? É uma pela outra”. Em outra situação, Rosa, 19 anos, diz, referindo-se a uma mulher aprisionada há mais de 10 anos e referência para as normativas de convivência: “Essa aqui é a mãe de todas, ela cuida de todo mundo, ela fala e todo mundo escuta”.

A população carcerária feminina, em sua supremacia, é formada por mulheres em alguma situação de vulnerabilidade social que, ao saírem da prisão, passam a carregar o estigma de “ex-presidiária”, o que dificulta as chances de conseguirem algum emprego e prosperarem nessa nova oportunidade. A situação se torna mais delicada ao considerarmos que a maioria dessas mulheres não possui qualquer formação profissional, muitas das quais não completaram nem mesmo o Ensino Fundamental. O mercado de trabalho, que, por vezes, configura-se como um espaço competitivo, representa ainda para muitas mulheres uma árdua e constante luta para combater as desigualdades e disparidades no tratamento em relação aos homens.

Essa situação, atrelada à condição de “ex-presidiária”, dificulta a reinserção dessas mulheres, expondo os preconceitos e constantes punições a esse público.

Os processos identificatórios estigmatizantes somados ao desamparo do Estado fazem com que a egressa do sistema prisional se torne mais uma marginalizada na paisagem psicossocial e contribuem para que algumas delas reincidam e retornem ao sistema prisional, segundo análise conjunta das próprias participantes durante as oficinas.

Outra situação observada referente à vida egressa dessas mulheres está atrelada à dificuldade de visualização e concretude nos planos para a vida fora da prisão, suas metas e objetivos. São comuns os planos de difícil concretização, quase sempre distantes da realidade de cada uma. Hortência, 22 anos, reclusa há seis meses, relata seus planos para quando sair do cárcere: “Quando eu sair daqui vou fazer uma faculdade e montar meu próprio negócio, minha família vai me ajudar”. Hortência não consegue, contudo, explicar como fará para ingressar em uma instituição de Ensino Superior, ou em que constituirá seu próprio negócio.

Discursos religiosos que projetam em um ser superior o destino de suas próprias vidas são recorrentemente apresentados por essas mulheres, que, no entanto, não vislumbram meios objetivos para conseguir vencer as adversidades que as esperam, o que pode ser percebido no relato de Petúnia, 25 anos, sentenciada a 6 anos de reclusão e que cumpriu um quarto dessa pena:

*Aí eu tinha 16 anos e comecei a namorar um rapaz que vendia drogas... daí eu comecei a gostar dessa vida, ganhava as coisas, ia nas festas e comecei a me sentir bem, sabe? Eu era muito nova. Fui detida já duas vezes quando ainda era de menor, mas não aprendi. Sempre voltava, agora estou aqui. Mas tenho fé em Deus que irei sair logo e conseguir me manter longe daqui.*

A ausência de políticas públicas para uma possível vida egressa e a presença das facções e do tráfico dificultam a construção de uma vida cidadã que faça essas mulheres compreenderem os processos sócio-histórico-políticos e culturais e, subsequentemente, a construção de condições favoráveis para que elas subtraíam as vulnerabilidades pessoais, sociais e institucionais referentes ao coletivo de mulheres.

## Considerações finais

Estar recluso em um sistema prisional leva as pessoas a um ambiente hostil, que interditará, em muitas ocasiões, qualquer possibilidade de produção de subjetividade que conduza a vidas mais autônomas e habilidosas frente ao mundo extramuros. Nessa acepção, este artigo buscou apresentar o trabalho participativo realizado por discentes de Psicologia com mulheres aprisionadas em uma unidade prisional na região sul de Mato Grosso. Dentre as ações desenvolvidas, destacamos as oficinas socioeducacionais, que visaram promover intervenções que remontassem um ambiente protegido para as mulheres aprisionadas falarem de suas vulnerabilidades, potencialidades e modos possíveis de enfrentamento dos embates e tensões diárias vivenciadas no ambiente institucional.

Desse modo, podemos dizer que apesar de histórias distintas e constituições singulares de existência, essas mulheres compartilham algo em comum: a privação da liberdade e um histórico imensurável de negligências e vulnerabilidades de diversas ordens possíveis, mas, para além disso, o desejo de uma vida potente, respeitosa e prazerosa. Ao trazermos os relatos com nomes ficcionais de flores (Tulipa, Dália, Jasmim, Margarida, Rosa, Magnólia), oferecemos um jardim polifônico de experiências que se repetem, cada qual com sua singularidade, mas repetidas em saudades, solidão, abandonos, medos, dúvidas, família, desejo de liberdade, esperança e reflexões de perspectivas egressas.

Dito isso, a utilização de recursos e estratégias sociopedagógicas como poesia, música, cinema, conto, teatro, desenho, entre outros, pode parecer uma atividade irrelevante para olhares desatentos, mas é um dispositivo disparador de subjetividades que nos permite acesso a informações sobre preferências, estilos de vida e narrativas que, de todo modo, foram as ferramentas mais necessárias para a proposta de intervenções colaborativas, respeitadas e democráticas, permitindo, assim, que as mulheres aprisionadas e os extensionistas compartilhassem suas histórias e experiências.

Podemos perceber nos discursos das mulheres privadas de liberdade uma realidade social marcada pela naturalização das desigualdades e tragédias vivenciadas, principalmente relacionadas às questões econômicas, raciais e de gênero. Essas mulheres reproduzem e observam suas vivências e experiências de forma intrínseca e inalterável, sem analisar a perversidade dos atravessamentos que as constituem, o que demonstra uma série de falhas no que se refere às políticas públicas vigentes em sua realidade, que não fornecem meios para que compreendam o próprio processo de encarceramento em universos macro e micropolíticos. Em outras palavras, reconhecer os atravessamentos que as constituem enquanto seres desejantes, suas potencialidades e limitações, buscando trazer elucidações frente à constituição e produção da subjetividade.

Driblar a matriz e a inteligibilidade ou propor rupturas com os processos de estigmatização de “mulher presidiária” requer resistir aos atravessamentos normatizadores de subjetividade que se conectam em redes de práticas e discursos institucionalizantes que delimitam contornos identitários rígidos e fixos. Quase todas as pessoas que buscam fugir do estigma da vida institucionalizada caem em relações hierárquicas e de poder que as diferenciam e as empurram à margem, à exclusão, aos processos de estigmatização, de preconceitos e de discriminação.

Para aquelas mulheres aprisionadas, as quais recaem como sujeitos da diferença em uma polarização de inadequação social ou marginalizada, recorreremos ao conceito de abjeto (Butler, 2003). Essas mulheres, esquecidas pela sociedade, recebem o repúdio ao apresentarem dificuldades para superar as arbitrariedades sociais que as conduzem ao aprisionamento. A zona inabitável e inóspita é destinada aos seres abjetos, que devem aceitar cabisbaixos e sem questionamento a condição de doentes, bandidos, intoleráveis e indesejáveis, que os desqualifica enquanto sujeitos de direitos.

Em avaliações conjuntas entre coordenador, discentes/extensionistas e participantes do projeto, que foram realizadas semestralmente e com os três grupos de mulheres, discutiu-se a pertinência das atividades desenvolvidas. Nesse momento de fala livre, tanto as participantes quanto os (as) discentes/extensionistas discorreram sobre o que aprenderam e apreenderam com os encontros. Da parte das mulheres participantes, ouviu-se que as oficinas facilitavam o convívio entre elas, ajudavam na resolução de problemas, na construção de uma política solidária e funcionavam como um momento de escuta e de fala. Da parte dos (as) discentes/extensionistas, ouviu-se sobre a importância da aprendizagem ética-profissional em uma unidade prisional, local em que se faz necessário resistir diante das inúmeras limitações.

Por fim, ao nos depararmos com essas mulheres, frequentando as oficinas propostas, não tínhamos a expectativa de que nunca mais iriam reincidir em algum delito criminal. Grande parte das condições que as conduzem para o aprisionamento permanece invisível aos olhos de uma sociedade punitiva, controladora, que age na ordem de um binário que desprivilegia a composição dessas cidadãs de direitos em interseccionalidade com diversos marcadores sociais. Aos

poucos, a equipe de extensionistas descobriu essas flores no “jardim das esquecidas”, com cada uma de suas especificidades, cores, texturas, quantidade de pétalas, que mesmo no terreno árido do cerrado renascem e desabrocham em flores de aço: delicadas e resistentes.

*Recebido em 31 de agosto de 2019.*

*Aprovado em 15 de outubro de 2019.*

## Referências

AFONSO, Maria Lucia Miranda. “Construindo a oficina: demanda, foco, enquadre e flexibilidade”. In: AFONSO, Maria Lucia Miranda. *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. pp. 31-61.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 16 (1): 59-70, 2016.

BLEGER, Judith. “Psicologia Institucional”. In: BLEGER, Judith. *Psico-Higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. pp. 31-54

BRASIL. *Decreto-Lei n. 2.848 de 07 de dezembro de 1940*. Brasília: Código Penal Brasileiro. Diário Oficial da União, 1940.

BRASIL. *Portaria Interministerial n. 210, de 16 de janeiro de 2014*. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiro, 2003.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires, Paidós, 2008.

CENTRO PELA JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL. *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de ética profissional dos psicólogos*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

DAVIS, Angela Yvonne. *Are prisons obsolete?* New York: Seven Stories Press, 2003.

DE BARROS, Regina Benevides. *Grupo: A afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. Lisboa: Assírio e Calvim, 1996.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp. 206-242.

DE MOURA, Tatiana Whately; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. *Levantamento nacional de informações penitenciárias*, Infopen: junho de 2014. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional-Ministério da Justiça, 2014.

DE OLIVEIRA, Odete Maria. *Prisão: um paradoxo social*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

DE OLIVEIRA, Simone Francisca. “Mulheres em situação de prisão”. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth Maria; MENEGUEL, Stela Nazareth. *Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015. pp. 244-245.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Brasília: Rede Nacional de Extensão, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. “Prisões e revoltas nas prisões”. In: DA MOTTA, Manuel Barros. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a. pp. 61-68.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003b. pp. 243-276.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2005.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; DE SOUZA, Lídio. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. *Psicologia: teoria e prática*, 7 (1): 61-79, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUATTARI, Félix. “Da produção da subjetividade”. In: PARENTE, André. *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. pp. 177-191.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. “Subjetividade e história”. In: GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005. pp. 33-148.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?” In: DA SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 103-133.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Benevides. “Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia”. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana (orgs.). *Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. pp. 76-91.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MOURA, Tatiana. *Rostos invisíveis da violência armada: um estudo sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e Discurso do Gênero na Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 13 (1): 107-128, 2001.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. *Estigma, discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA, 2001.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*. 9 (2), 460-482, 2001.

ZIMERMAN, David Epelbaum; OSÓRIO, Luiz Carlos. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.